

Sexta-feira, 5 de Outubro de 1979 / Portugal HOJE

Maria de Lourdes Pintasilgo em declarações exclusivas

Autoridades moçambicanas
Fundação Cuidar o Futuro
interessadas em desenvolver
a cooperação com Portugal



Moçambique está interessado em desenvolver as relações de cooperação técnica e cultural com o nosso país — afirmou-nos a eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, que aceitou fazer declarações exclusivas a «Portugal Hoje», em jeito de balanço à sua viagem a Nova Iorque.

A Primeiro-Ministro recebeu-nos no seu gabinete do palacete de São Bento, falando-nos durante quase uma hora da sua visita à grande metrópole norte-americana e das impressões que lhe causaram os múltiplos contactos ali estabelecidos.

Denotando embora um aparente e confessado cansaço pela sobrecarga da agenda nestes últimos dias, a Chefe do Governo não escondeu o seu optimismo no futuro do País e a sua imensa confiança na intuição e no profundo apego do Povo português à democracia e à liberdade.

Entristece-a a condenável campanha em que estão empenhados certos órgãos de informação no sentido de envenenar o ambiente político em Portugal, de dificultar a vida e destruir a acção do seu Governo. Avançou mesmo a sua indignação pela forma irresponsável como certos jornais, dos quais seria de esperar uma conduta diferente, procuram fazer crer, maneando falsidades, haver divisões no interior do Gabinete a que preside.

Nessa perspectiva a campanha de mentiras e especulações fere-a não tanto a ela, Primeiro-Ministro, como atinge a lealdade e honestidade de alguns membros do Executivo, na medida em que faz supor haver governantes que vêm relatar no exterior factos passados no Conselho de Ministros da ONU de modo a tal forma isso fere a ética política e ofende os mais elementares princípios da moral e de uma conduta responsável (soubemos, aliás, desmentindo a campanha em curso, que à sua chegada de Nova Iorque, a eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo tinha a aguardá-la praticamente todo o Governo, apesar do avião ter aterrado às seis horas da madrugada).

Voltando às relações de Portugal com Moçambique e ao encontro que teve com Joaquim Chissano, chefe da diplomacia do Governo de Maputo, disse-nos a Primeiro-Ministro:

— Enganam-se os que pensam terem sido cortadas as pontes que podem propiciar a normalização e o reforço das relações entre Lisboa e Maputo. E referiu de forma acentuada:

— Os africanos têm uma maneira positiva de encarar a vida e a evolução das situações. Talvez ao contrário de nós, europeus, eles não encaram a realidade e os vários campos em que ela se desdobra de forma compartimentada. A política, o cultural, o económico e o social não são domínios estanques para os africanos. Daí a minha esperança de que paralelamente às negociações destinadas a resolver o contencioso entre os dois países se torne possível retomar a cooperação e o diálogo nos domínios técnico e

cultural.

— Tive oportunidade de constatar ter o meu discurso perante a Assembleia Geral da ONU haver sido recebido de maneira positiva e calorosa por parte dos diversos representantes dos países africanos de expressão portuguesa. Creio, sinceramente, não terem tido um cunho protocolar as palavras que a esse respeito me dirigiram e as declarações que a propósito fizeram. O facto de ter falado em português também não terá sido indiferente à reacção produzida.

Diplomacia activa

— *A elaboração do discurso obedeceu, portanto, a uma estratégia própria, a objectivos específicos?*

— O meu discurso foi dominado por certas tónicas. Pretendi, por um lado, fazer o balanço da década de 70 e avançar no sentido da tomada de consciência quanto às grandes opções e problemas de um lado relativamente ao papel e actividade da ONU na década de 80. De resto foi com certa alegria que ouvi da boca do secretário-geral, Kurt Waldheim, a afirmação de que as Nações Unidas terão em conta as posições claras de Portugal quanto à evolução da Organização. Já no nosso país alguns representantes de governos estrangeiros me falaram do meu discurso em termos positivos e do impacto das ideias por mim defendidas em certos países, entre os quais o seu próprio país.

Deixe ainda que lhe diga ter alguém, no Palácio de Vidro, vindo ao meu encontro para me acentuar que eu falei da Carta das Nações Unidas vista e perspectivada em termos de década de 80, o que é verdade e corresponde aquilo que efectivamente desejei.

Na minha opinião julgo termos um contributo a dar ao mundo, contributo que se deve basear numa reflexão a partir das nossas próprias circunstâncias encrostadas na evolução da sociedade internacional e do papel que cumpre às Nações Unidas na cooperação mundial.

Desde a passagem de Mário Soares pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, temos vindo a abrir caminho nas nossas relações com a comunidade interna-

cional, a qual nos coloca em condições de termos uma diplomacia activa, dinâmica e não passiva, em atitude de defesa.

Foi nessa linha que me coloquei ao elaborar o discurso que dirigi à Assembleia Geral da ONU. Tive a preocupação de não escamotear os grandes problemas, situando-me no binómio direitos do homem — direitos dos povos. Derivou daí a abordagem que fiz da delicada situação do povo palestiniano, dos povos de Timor e da Namíbia, neste caso na vasta problemática da África Austral, entre a qual sobressai a questão do «apartheid».

Um saudável camponês

— *Gostáramos que falasse do seu encontro com João Paulo II, da impressão que ficou do contacto pessoal com o chefe da Igreja Católica.*

— A minha primeira e mais acentuada impressão foi a de me encontrar diante de alguém com uma forte personalidade, uma maneira de ser muito enraizada nas coisas concretas, na vida das pessoas.

João Paulo II pareceu-me ser extremamente simples, com a preocupação de fugir às formalidades tradicionais. Em vez, por exemplo, do plural magestático, ele prefere o eu personalizado, muito vivo. Com o profundo respeito que estas palavras supõem, diria ter visto na pessoa do Sumo Pontífice um saudável camponês, com uma grande atenção no olhar e uma excepcional receptividade à pessoa e às palavras do interlocutor.

— *E quanto à matéria abordada é possível saber de que temas se ocuparam?*

— O Papa começou por me falar da sua surpresa e satisfação por ver uma mulher exercer as funções de Primeiro-Ministro. Esse, aliás, foi um tema importante da conversa — o papel da mulher na sociedade moderna.

Várias pessoas me referiram — com o que, aliás, me senti lisonjeada — os aspectos e tónicas comuns ao discurso do Papa e às palavras que eu própria proferi perante os delegados às Nações Unidas: os direitos do homem e dos povos, as preocupações de ordem económica e cultural numa sociedade voltada para o serviço da pessoa humana.





O gigantismo do Estado já era um facto antes do 25 de Abril

Uma mudança na ONU

— A maneira como alguns órgãos de informação em Portugal se referiram ao tempo e condições da audiência que o Papa lhe concedeu, foi de forma a lançar a confusão...

— É simples de explicar. Durante uma hora e trinta o Sumo Pontífice esteve com os representantes dos 15 países membros do Conselho de Segurança e com chefes de Estado ou de Governo presentes na altura na sede das Nações Unidas, entre os quais eu própria me contei. A cada um de nós João Paulo II consagrou alguns minutos em especial.

Além deste encontro fui recebida em particular pelo Santo Padre que, além de mim, também concedeu audiência pessoal a um chefe de Estado, a Alain Peyrefitte, representante pessoal do presidente Giscard d'Estaing e a ministros dos Negócios Estrangeiros de quatro países.

Deixe-me dizer-lhe, de resto, ter encontrado uma profunda mudança na forma como nas Nações Unidas se encara a dimensão transcendental do homem. Não é a primeira vez que, em circunstâncias diversas, contacto com a actividade das Nações Unidas e senti uma espécie de irupção do religioso, de atenção ao lado transcendente da pessoa humana. A importância que na ONU se deu à visita e às palavras do Papa, o líder da religião com maior impacto no mundo de hoje é, para mim, católica, uma expressão do desejo e sentimentos crescente de boa parte da humanidade.

Tornar o sector público mais operacional

— A terminar pode-nos falar dos contactos estabelecidos no jantar oferecido pela Câmara de Comércio Luso-Americano?

— Foi uma iniciativa muito importante, que reuniu mais de 300 individualidades do mundo da finança, do comércio e da indústria, além de empresários de renome, durante a qual constatei o interesse que Portugal despertou. Tratou-se de uma oportunidade de falar do nosso País, dos nossos quadros técnicos, que os temos tão bons como os países altamente industrializados, não sendo nesse domínio que carecemos de ajuda estrangeira.

Esse jantar deu-me ensejo a fa-

lar do nosso sector público e a explicar que as dimensões que o mesmo hoje comporta se explicam, em parte, pelo gigantismo do Estado mesmo anteriormente ao 25 de Abril. Aproveitei para sublinhar não haver motivos para receios ou alarmes por parte dos empresários de pendor mais liberal. E acentuei a determinação de tomar disposições tendentes a tornar o sector público mais operacional, tanto no sentido técnico como financeiro.

Registei, com satisfação, as palavras que no final me dirigiu um dos responsáveis da iniciativa, dizendo que com aquele encontro eu havia feito mais no plano das relações económicas entre os dois países do que através de longas e morosas negociações.

Governo está coeso

Não existem divergências no interior do Governo Pintasilgo, inuito embora tenham surgido alguns problemas com o crédito agrícola de emergência, cujas verbas se encontram afectas ao Instituto do Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas. Restrições orçamentais estarão na origem do esgotamento daqueles fundos.

Segundo conseguimos apurar, é manifestamente especulativa a afirmação de que existem duas sensibilidades antagónicas no seio do Governo. Haverá, sim, diversas maneiras de enfrentar o problema da austeridade orçamental, mas os problemas têm sido resolvidos em espírito de equipa e a coordenação das áreas governamentais faz-se normalmente.

Pág. 12

Fundação Cuidar o Futuro

Alguns problemas surgiram no interior do Governo chefiado por Maria de Lurdes Pintasilgo, mas de nenhum modo eles têm a gravidade que certos meios de comunicação lhe pretenderam emprestar, segundo conseguimos apurar junto de fontes próximas de S. Bento. Esta posição é aliás

corroborada pela própria primeiro-ministro, em entrevista exclusiva que publicamos nesta edição.

No cerne do problema encontram-se pontos de vista diversos sobre o crédito agrícola de emergência, que é facultado pelo Ins-

tituto de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP). Este fundo encontra-se descapitalizado e o titular da pasta das Finanças ter-se-á recusado a afectar-lhe novas verbas, até porque ainda se não teriam esgotado todos os recursos disponíveis no sector.

A atitude do professor Sousa Franco é a normalmente tomada pelos titulares da pasta das Finanças, em conjunturas caracterizadas pela austeridade: a eles compete «cortar» nas verbas pedidas por outros departamentos governamentais. Aliás, estariam a ocorrer neste momento algu-

mas dificuldades conjunturais de tesouraria, relacionadas com o atraso na colecta de certos impostos.

Entretanto, parece claro não existir qualquer clivagem no interior do Governo, entre duas áreas com pendores diversos:

uma vincadamente «social» e a outra de base «tecnocrática». De facto, a articulação tem sido relativamente fácil e não existem sensibilidades no seio do Governo, mas apenas realidades orçamentais, às quais não é fácil fugir em tempo de «crise».

